**16.06 – Relacionamento do Governo Federal com os municípios e pactuação de convênios**

Mais um dia de painéis se encerrou com sucesso no 6º CONEXIDADES. O último programa desta sexta-feira (16) abordou o relacionamento do Governo Federal com os municípios e a pactuação de convênios entre os poderes, além de apresentar os canais de atendimento aos gestores municipais.

Para debater o assunto, estiveram presentes: o Gerente de Assuntos Federativos da Presidência da República, Margonari Marcos Vieira, o Deputado Estadual de São Paulo e Membro da Comissão de Finanças e Orçamentos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Dirceu Dalben, o Prefeito Municipal de Araçatuba, Dilador Borges, o Prefeito Municipal de Cordeirópolis e Presidente da Associação de Municípios de Pequeno Porte do Estado de São Paulo, Adinan Ortolan, o Vice-Prefeito de Itupeva, Alexandre Mustafá, o Prefeito Municipal de Sumaré, Luiz Dalben e Thais Maciel, da Secretaria de Relações Institucionais do Governo Federal.

O Deputado Estadual de São Paulo e Membro da Comissão de Finanças e Orçamentos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Dirceu Dalben, iniciou sua fala contando sua experiência desde a Prefeitura de Sumaré até os mandatos como parlamentar, e o que notou dos relacionamentos em cada um dos cargos.

Dalben também destacou a questão dos recursos, que muitas vezes não chegam aos municípios e os gestores municipais são os mais cobrados.

“As pessoas moram e residem nos municípios. As coisas acontecem nos municípios. E muitas vezes, cada vez mais, as responsabilidades são passadas aos municípios, e em contrapartida, os recursos não são repassados. Nós vivemos em uma federação, onde a arrecadação dos impostos se dá nos municípios. São os vereadores, as prefeitas, os prefeitos, que estão na ponta criando mecanismos para melhorar a arrecadação, e a fatia é dividida com o governo federal, o governo estadual, mas a população tem a maior cobrança com os vereadores e com os prefeitos”.

Comentou ainda a importância dos convênios, assim como as peças que norteiam os orçamentos, como o Plano Plurianual (PPA), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Corroborando com o Deputado Estadual, o Prefeito Municipal de Araçatuba, Dilador Borges, ressaltou a necessidade de que o Governo Federal abra mais planos para as demais secretarias, que vão além de educação, saúde e assistência social.

“Que a gente possa ter a oportunidade de apresentar projetos em esportes, cultura, infraestrutura. Que hoje os municípios estão carentes. Não dá para que a gente fique esperando somente recurso de emenda de deputado. Porque tem muitas regiões que não tem nem deputado”.

O prefeito salientou que, principalmente os municípios menores não têm estrutura para fazer frente às suas necessidades com programas tão burocráticos. “É necessário ter programas nas Secretarias e nos Ministérios. Precisamos ter abertura nos Ministérios para que possamos levar os nossos projetos e conseguir recursos para fazer as ampliações necessárias nas nossas cidades”.

**Fortalecimento do legislativo**

Segundo o Prefeito Municipal de Cordeirópolis e Presidente da Associação de Municípios de Pequeno Porte do Estado de São Paulo, Adinan Ortolan, o papel do vereador é o mais difícil na gestão municipal. Afinal, ele é cobrado pelos munícipes e não tem o poder de decisão do prefeito.

Ortolan comentou que, em comparação à realidade do mundo, o recurso destinado aos municípios não é pequeno. Cerca de 18% a 20% das receitas do estado brasileiro vão para os municípios.

“O Brasil é um dos países em que os municípios têm um orçamento maior, comparativamente. Porém, comparativamente, os municípios são o ente federado que tem uma responsabilidade desproporcional que não tem paralelo no mundo inteiro. E cada vez mais a responsabilidade dos municípios está aumentando”, disse.

Falou ainda sobre como os municípios trabalham o relacionamento com o governo federal. O Prefeito ressaltou que, historicamente, o Governo Federal assumiu um papel que antes era dos governos estaduais, no sentido de financiamento de obras e investimentos nos municípios.

E após as crises nas gestões federais, começou a ter uma inversão na gestão e o fortalecimento do legislativo na destinação de municípios.

Segundo o palestrante, uma mudança precisa ser feita, porque a destinação do recurso público não é feita através das políticas públicas. E as políticas públicas precisam ter um mínimo de critério técnico. “Tem que ter política, é importante, nós somos seres políticos, agentes políticos, mas tem que ter critério técnico”.

**Portas abertas no Governo Federal**

O Gerente de Assuntos Federativos da Presidência da República, Margonari Marcos Vieira falou do trabalho da Secretaria de Relações Institucionais e da importância de buscar o diálogo para resolver as coisas com maior objetividade e no menor tempo possível.

“É buscar conhecer os municípios. Entender a condição política, econômica e social de cada município, para que possamos, na tomada de decisão, fazer a coisa mais acertada no que diz respeito à melhoria da qualidade de vida das pessoas”.

Vieira explicou que a Secretaria atua na liberação de emendas. E, no ano de 2023, já foram liberados através de emenda, 8,2 bilhões de reais, sendo 650 milhões para São Paulo. “E isso impacta diretamente nas melhorias que os prefeitos vivenciam em cada município. Isso impacta diretamente na qualidade de vida dos munícipes”.

O palestrante disse que tem plena noção de que o vereador é quem recebe as maiores cobranças e que foram cadastradas pelos municípios mais de quatro mil propostas de convênios desde o início do governo atual.

“Isso é excelente. Quer dizer que os prefeitos, os municípios, acreditam no governo. É isso que a gente espera. Que sejamos procurados para que a gente possa trabalhar em prol das pessoas”, acrescentou.

O Gerente colocou tanto o escritório regional em São Paulo, quanto o do Palácio do Planalto, em Brasília, à disposição dos gestores municipais com uma equipe que alia a questão técnica e política.

“Não adianta o prefeito nos procurar e ser atendido por um técnico que não saiba as dificuldades que são vivenciadas no município. E também não adianta ser só político e não saber resolver as coisas”. E adicionou: “todos aqueles que pensam em melhorar a vida das pessoas terão prioridade na Secretaria de Relações Institucionais. Nosso objetivo é trabalhar para que as coisas aconteçam”.

**Diálogo Municipalista**

Ao final do painel, aconteceu o último Diálogo Municipalista deste CONEXIDADES, com o tema de Consórcios Intermunicipais e Resíduos Sólidos, apresentando modelos que já funcionam.

O bate-papo reuniu a Diretora Executiva do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema, Ida Franzoso de Souza e o Mestre em Administração Pública (Korea University) e em Gestão de Políticas Públicas (EACH-USP), coordenador de projetos da Oficina Municipal, Eder Brito.

De uma forma mais interativa, os participantes falaram do compartilhamento de experiências entre os integrantes da Rede Nacional de Consórcios e comentaram sobre as experiências do CIVAP com o tema do Meio Ambiente.

Assim como nos outros dias de debates, houve também a entrega de livros da Fundação Konrad Adenauer e Oficina Municipal aos participantes.